

ESCÂNDALOS POLÍTICOS E MÍDIA: CASOS NA VIDA POLÍTICA BRASILEIRA*

Vera Chaia**

Na sociedade contemporânea, onde a centralidade dos meios de comunicação é um fato, ocorre a adequação da política a estes meios. As lideranças políticas necessitam da mídia e conseguem se firmar nesta situação à medida que sua imagem é veiculada por esta. A publicização torna-se fundamental para deflagrar ou firmar qualquer carreira política. No entanto, este processo de publicização pode acarretar problemas para estas lideranças, pois a arena da política está mais exposta a riscos e os políticos não conseguem controlar a visibilidade e o poder da mídia.

Atualmente estamos acompanhando a divulgação de uma série de escândalos políticos na vida política brasileira. Com o poder da mídia, a vida privada das lideranças políticas ficou escancarada, isto significa afirmar que não existem mais segredos particulares e também nem “segredos de estado”.

Por quê aparecem os escândalos políticos e quais as conseqüências para a vida política e social? O escândalo é aquele fenômeno que se traduz em ações que podem afetar a reputação de pessoas, ações ou eventos, supondo a existência de transgressões a valores, códigos morais que são levadas ao domínio público e que provocam reações. Os escândalos devem ser qualificados dependendo da sociedade em questão, pois valores e normas variam dependendo do contexto sócio-político. Neste sentido podemos classificar escândalos que envolvem: sexo/comportamento, financeiro/corrupção, e exercício do poder político/falta de decoro parlamentar.

Os caminhos políticos se abrem sob estas novas condições midiáticas, mas a vulnerabilidade das lideranças políticas também aumenta à medida que fatos políticos favoráveis ou não são publicizados. Várias colunas em jornais, programas de rádio e televisão são produzidos para divulgar não só as realizações destes políticos, mas suas gafes. Um exemplo deste tipo de programa foi a Crônica Indiscreta de Alexandre Garcia, veiculada pelo Fantástico da TV Globo, onde eram registrados todos os deslizes dos políticos, com acentuadas doses de ironia e de crítica.

A diferença entre personagem de vida pública e “ordinary people”, é que no segundo caso os deslizes são perfeitamente perdoáveis e assimilados, mas para uma liderança política cometer uma gafe pode ser um erro político, às vezes irrecuperável na sua carreira política. Quem não se lembra da frase de Paulo Maluf: “estupra mas não mata”; idéia esta constantemente lembrada por seus inimigos políticos?

Por quê aparecem os escândalos políticos e quais as conseqüências para a vida política e social? O sociólogo John B. Thompson (Thompson, 2000), professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra, construiu uma Teoria Social do Escândalo para apreender este fenômeno sócio-político. No caso específico deste país, esta problemática sempre esteve presente: lembremos do famoso Caso Profumo, um grande escândalo que agitou a vida política inglesa, e que envolveu um Ministro de Estado que, indiscretamente, passou alguns segredos de estado para uma prostituta. Atualmente outros escândalos estão aparecendo com a divulgação por um jornal sensacionalista inglês (The Sun) de nomes de ministros supostamente homossexuais.

O escândalo é aquele fenômeno que se traduz em ações que podem afetar a reputação de pessoas, ações ou eventos, supondo a existência de transgressões a valores, códigos morais que são levadas ao domínio público e que provocam reações. Os escândalos devem ser qualificados dependendo da sociedade em questão, pois valores e normas variam dependendo do contexto sócio-político. Neste sentido podemos classificar escândalos que envolvem: sexo/comportamento, financeiro/corrupção, e exercício do poder político/falta de decoro parlamentar.

Claro que ocorrem transgressões sem que estas se transformem em escândalos políticos. A simples suspeita de um escândalo pode desencadear um escândalo. E é neste sentido que a mídia exerce um papel importante, o de tornar público o escândalo, onde se expressa a desaprovação por aquela transgressão, oferecendo um campo profícuo para a articulação de um discurso moralizador e reprovador. O caso do escândalo sexual que envolveu o presidente Bill Clinton e a estagiária Monica Lewinski se enquadra neste discurso moralizador e se transformou num grande escândalo político pela ação de um promotor republicano.

O que está em jogo não é somente a verdade, mas a reputação de indivíduos, que pode ser afetada irremediavelmente. Citemos a ação de forças opositoras (suspeitos o ex-

governador Paulo Maluf e o ex-presidente Fernando Collor de Mello) ao atual governo que tentaram divulgar, nas últimas eleições, uma série de documentos que presumivelmente comprovava a existência de uma conta bancária nas Ilhas Cayman (Dossiê Caribe) e que denunciava Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Mário Covas e Sérgio Mota, como possuidores desta conta em nome de uma empresa CH&J-T. Na divulgação destes documentos, a mídia foi muito cautelosa, pois envolvia altas lideranças políticas.

As reações ao escândalo são várias, desde a simples negação, até a alegação de calúnia, difamação. Raros são os casos de escândalos onde o acusado, não tendo outra saída, adota a confissão pública com o objetivo de contar com a compreensão das pessoas. Também aqui podemos citar o presidente Clinton que teve sua vida sexual devassada e transmitida pelos canais de televisão através da divulgação de seu depoimento prestado nos tribunais americanos.

Porém nem todos os escândalos são assuntos midiáticos, explorados pela mídia. A quem interessa certos escândalos? A visibilidade midiática é utilizada para que certos grupos/pessoas alcancem certos objetivos: desmoralizar uma liderança, condenar um político, ‘matar’ um adversário e vingança. Na realidade estas lideranças ficam ‘presas’ nas descobertas da mídia, o que pode provocar um desfecho não premeditado pelos agentes desencadeadores e deflagradores do escândalo. Podemos citar dois exemplos desta situação, o caso do escândalo político do Watergate, que provocou a queda do presidente Nixon, e o nosso Collorgate, que também provocou o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

O papel desempenhado pela mídia na publicização do escândalo político também é reforçado pelos ‘espectadores’ que acompanham freneticamente e ansiosamente os passos e as descobertas da mídia ou das autoridades competentes sobre determinados acontecimentos/pessoas.

Quais são as conseqüências dos escândalos políticos? Claro que pessoas são envolvidas, reputações são questionadas, carreiras políticas podem ser destruídas. Porém o que mais nos chama a atenção é que em determinadas situações, ocorre a quebra da confiança no papel de certas instituições. A mídia em alguns escândalos exagera em suas observações e avaliações, chegando a generalizar certas atitudes, como se toda a categoria

dos políticos agisse de uma maneira comum. O político, em alguns momentos é avaliado negativamente, e torna-se sinônimo de corrupção.

Para analisar alguns escândalos na política brasileira optou-se por estudar a Máfia dos Fiscais e a Rádio Eldorado, criadora do Troféu Cara de Pau.

Máfia dos Fiscais

Os noticiários envolvendo “A Máfia dos Fiscais” ou “Máfia das Propinas”, na cidade de São Paulo é um exemplo desta tendência nos meios de comunicação. Trata-se de um escândalo envolvendo a descoberta de uma rede de extorsão que operava através da cobrança de propinas por parte dos fiscais das administrações regionais paulistana, e que ganhou amplos espaços nos meios de comunicação e criou interesse para que a opinião pública acompanhasse o desempenho e as atividades dos vereadores da cidade de São Paulo (Cardozo, 2000 e Góis, 2000).

Em dezembro de 1998 uma empresária, Soraia Patrícia da Silva, preparava a reforma de um imóvel na região dos jardins, bairro nobre da cidade de São Paulo, para instalar uma academia de ginástica. Fiscais vistoriaram a obra e a ameaçaram embarga-la, caso ela não pagasse R\$ 30.000,00 para que eles não denunciassem supostas irregularidades. Soraia entrou em contato com o Ministério Público, que preparou uma tocaia, prendendo o chefe dos fiscais da regional de Pinheiros, Marco Antônio Zeppini, em flagrante quando esta lhe pagava a propina.

“Noticiado por todos os jornais, emissoras de rádio e telejornais - pois não foi um furo de reportagem conseguido por um único órgão de comunicação -, o fato ganhou repercussão imediata. Os telejornais voltados à cidade de São Paulo, de todas as emissoras de TV destinaram preciosos minutos ao debate da questão. Comparativamente à TV, a imprensa escrita retomou timidamente a cobertura diária do fato, resgatando alguns casos que já haviam denunciados em períodos recentes. As revistas Veja, Isto é e Época, também abriram suas páginas para o escândalo. Tudo isto levou o Ministério Público a criar um disque-denúncia para que as pessoas relatassem, mesmo que anonimamente, situações semelhantes.

Esta onda de destaque ao assunto contribuiu para que se efetuasse novos flagrantes e prisões de pessoas consideradas peças-chaves no esquema de extorsão. Logo que os primeiros depoimentos apontaram para uma rede de cumplicidade envolvendo desde os fiscais até órgãos de primeiro escalão na administração pública e também os vereadores, os diversos telejornais além de ampliarem o espaço de cobertura passaram a dar plantão na Câmara Municipal. O SP-TV, em suas duas edições diárias, montou um link na Câmara para dar as últimas notícias sobre a “Máfia”. Ainda assim, os principais jornais impressos ainda se limitavam a noticiar os fatos sem dar maior aprofundamento à questão. A revista Veja-SP, da semana de 01 à 07 de fevereiro/99, saiu com a reportagem de capa “A Caixinha da Corrupção”. Emissoras de rádio como a Eldorado, Jovem-Pan. Bandeirantes e CBN deram amplo destaque aos fatos abrindo espaços para que seus ouvintes opinassem e fizessem denúncias.

Foi somente com a entrada do telejornal SP-TV da Rede Globo, da Rádio Eldorado e dos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, ou seja, veículos de comunicação vistos, lidos e ouvidos pelos formadores de opinião que tais denúncias começaram a ser averiguadas. A pressão de uma Globo e de um Estadão, é muito diferente de um Jornal X ou Y, voltados aos leitores das classes C e D e que sempre tratou a “política como caso de polícia” (Chaia e Teixeira, 1999).

Comparando a CPI dos Ambulantes em 1995 e a CPI da Máfia dos Fiscais (ver Chaia e Teixeira, 1999), Cláudio Augusto editor do Caderno Cidades do jornal O Estado de S. Paulo comentou:

“Nessa CPI na de 99, primeiro que a gente teve a Globo que é o maior veículo de comunicação do país, disparado é o que tem mais espaço, primeiro por ser televisão e segundo por ser Globo, é a emissora de TV com maior audiência no país, então já começa por aí. E, todos os jornais deram muita atenção para o assunto; o Diário Popular deu, a Folha da tarde deu, o Estadão deu muita atenção, fez caderno especial, várias matérias de domingo, a Folha de São Paulo criou uma editoria da máfia dos fiscais, ou seja, eles separaram alguns profissionais que estavam desligados da produção de área do cotidiano ou Caderno São Paulo, que tem dois nomes Quotidiano é na edição nacional, São Paulo na edição local. Eles desligaram essas pessoas da produção ali diária do caderno para ficar só envolvido com a questão da máfia, isso significa que o jornal deu muita atenção. Então,

como houve uma conjugação, quer dizer todos os veículos deram muita importância para o assunto isso ganhou um impacto junto a opinião pública que não teve em 95” (entrevista em 18/02/00).

Também deve-se considerar que neste momento Paulo Maluf era considerado uma liderança política mais enfraquecida. Na avaliação de Cláudio Augusto, pautar escândalos depende muito da força ou não de um governante: *“Exatamente, para saber qual é o grau de hierarquia dessa cobertura, isso é um fator. E, o segundo fator é o seguinte; nos governos fracos as denúncias tem mais relevância e o Pitta está fazendo um governo ruim, não sou eu que digo, é a opinião pública. Ali era governo Maluf e já estava ruim só que a gente não sabia, quer dizer, apesar de eu ter feito matéria em 95 falando que ele estava endividando que ia entregar a Prefeitura quebrada como o Fleury entregou o Estado e tal, só que para a opinião pública o governo Maluf era um governo realizador; ah! que máfia anda, o cara está fazendo viaduto, está fazendo túnel, está fazendo isso, está fazendo aquilo, tem o Cingapura, tem o PAS, tem o Leve Leite, então a impressão que as pessoas tinham, a opinião pública e não os jornalistas, era que o governo estava funcionando. Uma denúncia feita com esse panorama mesmo que seja uma denúncia pertinente, fundamentada ela não vai ter o mesmo impacto que uma denúncia feita num governo fraco. Então, o Pitta está fazendo um péssimo governo, só que aí não é opinião só do jornalista, é opinião da opinião pública, então qualquer coisa ela é amplificada” (entrevista em 18/02/00)).*

Tais denúncias subsidiaram um pedido de instalação de CPI solicitada pela oposição: *“o que acabou resultando num direcionamento das notícias no sentido de que além das investigações existentes no Ministério Público, era necessário também que o Legislativo investigasse os fatos já que naquele momento muitos vereadores eram citados como “comandantes” do esquema. Houve uma intensa campanha na mídia no sentido da aprovação da CPI, mas a mesma teve seu pedido rejeitado por 29 a 24 votos em 23 de fevereiro. Os parlamentares governistas mal sabiam que o resultado não significava que a mídia se retiraria do cenário político.*

No dia seguinte os principais jornais estamparam a foto dos vereadores contrários a CPI com os respectivos telefones de seus gabinetes e pediam aos leitores que ligassem

pedindo explicações. As emissoras de TV fizeram o mesmo ao destacar o nome dos vereadores que votaram contra a CPI. O Canal 21 (ligada à TV Bandeirantes) veiculou, em vários momentos de sua programação, o rosto de cada um dos vereadores solicitando ao público que ligasse para a Câmara cobrando o porquê do posicionamento contrário. A revista Veja-SP, de 01 à 07 de março, colocou na capa a foto de três vereadores governistas - Wadiah Mutran, Brasil Vita e Vicente Viscome -, rindo como se estivessem zombando dos cidadãos que apoiavam a instalação da CPI. O título de capa da Veja-SP foi taxativa: "E a cidade que se dane". No interior da revista também se veiculou a fotografia de todos os vereadores contrários a instalação da CPI com os dizeres "estes fugiram da raia."

Assustados com a repercussão, alguns vereadores foram lentamente anunciando que mudariam de posição caso se apresentasse um novo pedido de CPI. A vereadora Miriam Athiê, do PPB (atualmente no PMDB), até então líder do coro dos contrários, anunciou que a mudança de posição por se sentir envergonhada em ver sua fotografia estampada nos jornais "como se fosse uma criminosa procurada". Um novo pedido de CPI foi aprovado por unanimidade em 03 de março. A justificativa pela mudança de posição dos governistas oscilou entre obedecer a vontade popular e não suportar a pressão da mídia" (Chaia e Teixeira, 1999).

A CPI da Máfia dos Fiscais teve a seguinte composição: o Presidente da Câmara Armando Mellão (se elegeu pelo PPB, depois mudou para o PMDB) designou como presidente da CPI o vereador José Eduardo Cardozo (PT), solicitante da mesma, Dalton Silvano (PSDB), Brasil Vita (PPB), Wadiah Mutran (PPB), Milton Leite (PMDB), sendo que estes três últimos vereadores votaram contra a formação da CPI na primeira votação e estavam diretamente envolvidos com a indicação de administradores regionais. Portanto, os limites desta CPI também já estava traçado à partir de sua própria formação.

A CPI da Máfia dos Fiscais, instalada em março de 1999 [ler artigos de Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira e Carlos Alberto Furtado de Melo em Mídia e Política] foi sepultada em maio de 1999, com uma manobra, muito bem articulada, executada pelo Prefeito Celso Pitta que trocou com sua base de apoio na Câmara a não aprovação de um processo de impeachment, pelo encerramento da CPI, que poderia ser prorrogada pelo

regimento, em mais 90 dias, período necessário para que fossem realizadas todas investigações.

Um aspecto curioso, que mereceu discussões semânticas, envolveu os jornais O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo, que adotaram denominações diferentes para este escândalo: Máfia dos Ficais e Máfia da Propina. Segundo Cláudio Augusto esta disputa envolveu: *“uma briga boba assim dos jornais, pelo seguinte; a Globo começou a história, o Estadão acho que foi um dos primeiros jornais a prestar atenção nisso que isso é importante, e ficou máfia dos fiscais para a gente... a Folha ela demorou um pouquinho para entrar no caso, inclusive a ombudsman escreveu isso na coluna dela de domingo; não, como é que pode, esse caso é importante e tal. Só que a Folha ela tem uma característica, as vezes ela demora para entrar no caso mas se há cobrança interna, eu já trabalhei lá, eu sei como funciona; se há uma cobrança interna: mas como é que vocês não fizeram, isso é importante e aí só... tem que fazer! No outro dia eles vem com um trator, vem com duas páginas, com 50 repórteres, com arte, com não sei o quê, e eles marcaram a entrada deles nessa cobertura da máfia com uma matéria de domingo que tentava calcular quanto que a cidade perdia com as propinas, eles até falavam de Propinópolis. Então para eles este escândalo ficou cunhado como a Máfia da Propina, mesmo que ninguém falasse em máfia da propina para eles tinha que ser máfia da propina, por quê? Porque os jornais disputam a paternidade dos casos, mesmo que um veículo não seja o primeiro a noticiar ele procura, ele adota uma estratégia de entrar no caso de uma forma marcante para que ele tenha um diferencial. Então, a Folha... a propina... a máfia da propina, para gente foi máfia dos ficais desde o começo; quem sabe se a Folha fizesse máfia dos fiscais antes, a gente fizesse... aqui seria máfia da propina... mas isso é só uma... não é diferença de visão, é coisa assim de... mais mercadológica do que jornalística, é essa a explicação que eu tenho”* (entrevista em 18/02/00).

Neste caso específico, apesar de toda a pressão e acompanhamento feito pela mídia denunciando e investigando por conta própria e publicizando os fatos relacionados à CPI, pode-se constatar que a **Política** possui uma certa autonomia, pois foi exatamente nos bastidores do poder (‘calada da noite’) que os acordos políticos entre o Prefeito Celso Pitta, o grupo ligado ao ex-prefeito Paulo Maluf e os vereadores situacionistas foram feitos - sem a presença dos meios de comunicação e na ausência do Ministério Público.

As manchetes dos jornais de São Paulo e os telejornais locais e nacionais apresentaram novamente com grande destaque as cassações de três políticos paulistas: Vicente Viscome (vereador), Maeli Vergniano (vereadora) e Hanna Garib (deputado estadual). Viscome e Maeli foram acusados de pertencerem à Máfia dos Fiscais e de ter cometido uma série de delitos, entre os quais uso do mandato para obter vantagens financeiras, uso de servidor público em comitês políticos, não comparecimento às convocações da CPI, etc em termos jurídicos foram acusados de crime de peculato, concussão e formação de quadrilha. Já Garib, também acusado de pertencer à mesma Máfia, foi julgado na Assembléia Legislativa, cassado por quebra de decoro parlamentar, perdendo sua imunidade parlamentar e está afastado da vida política até o ano 2010.

Essas cassações resultaram de um processo de moralização política levada a termo pelos Legislativos de São Paulo e, significaram uma “limpeza ética” e uma resposta às pressões da opinião pública brasileira que acompanhou passo a passo as denúncias e investigações feitas pelo Ministério Público, Polícia estadual e a Mídia de modo geral.

Os antecedentes criminais de Vicente Viscome já haviam sido indicados pelo então vereador Alex Freua Neto, do PDS, que em 5/2/93 revelou aos jornais que Viscome estava envolvido em 6 inquéritos e 7 processos criminais. O mesmo se pode falar de Hanna Garib, citado em vários momentos de sua vida política como envolvido em irregularidades administrativas. Incrivelmente estes dois políticos permaneceram em seus cargos e não foram denunciados pelos seus pares por longo período.

Em 10 de março de 2000 pode-se acompanhar a denúncia feita pela ex-primeira dama, Nicéia Pitta, que acusou o prefeito Celso Pitta de conhecer todas as denúncias de extorsão feitas por fiscais comandados por vereadores que controlavam as administrações regionais da cidade de São Paulo e de se aproveitar do esquema. Todas as denúncias foram feitas pela TV Globo no horário do Jornal Nacional e, logo em seguida, deram base para um programa especial do Globo Repórter.

À estas acusações foram acrescidas denúncias de que o prefeito recebeu dinheiro do empresário Jorge Yunes, para aprovar projetos que o beneficiavam. Alimentando o escândalo e a tragédia, o filho de Celso Pitta entrou no circuito e acusou-o de outras irregularidades.

Neste meio tempo, Pitta foi afastado da prefeitura, o vice-prefeito Régis de Oliveira assumiu a prefeitura durante 19 dias.

Uma nova CPI foi formada para averiguar estas denúncias encaminhadas pela OAB (seção SP) que pediam o impeachment do prefeito. A comissão foi composta por aliados políticos de Pitta. Após acordos firmados entre o prefeito e a base governista, o impeachment não foi aprovado e o prefeito continuou comandando a maior cidade do Brasil.

Os eleitores, contrariando uma avaliação de que estavam descrentes da política e dos políticos, participaram ativamente das eleições de 2000 e escolheram candidatos e partidos segundo critérios pragmáticos (aspiração de ver melhorias nas suas condições de vida) e/ou éticos (partidos e candidatos comprometidos com a moralidade administrativa). Marta Suplicy do PT derrotou Paulo Maluf do PPB, e a resposta para a crise moral e ética da Câmara Municipal se deu nas urnas em 01 de outubro de 2000, pois a renovação foi de 51% de seus membros: o PT aumentou o nº de vereadores de 09 para 16 e o Pc do B de 01 vereador para 03, ampliando com isso para 19 os vereadores que fazem parte da coligação que apoiará Marta Suplicy, eleita prefeita; velhas figuras, como os vereadores Brasil Vita, Miguel Colassuono, Bruno Feder, Faria Lima, não conseguiram se reeleger; porém deve-se estar atento que renovação não significa necessariamente renovação positiva, pois foram eleitos personagens políticas como Erasmo Dias (PPB), Havanir (Prona), Drº Fahat (advogado do Ratinho); também foi eleita uma bancada significativa de evangélicos – de 03 para 11 vereadores e de diferentes partidos políticos (exceção do PT): 4 ligados à Igreja Universal do Reino de Deus – José Olímpio Silveira (PMDB), Bispo Atílio (PTB), Pastor Vanderlei de Jesus (PL) e Celso Cardoso (PPB); Carlos Apolinário (PMDB) ligado à Assembléia de Deus; Carlos Alberto Júnior (PSDB) representa a Comunidade da Graça; Humberto Martins (PDT) é da Comunidade Cristã Paz e Vida – proposta comum de todos eles: mudar a lei do silêncio urbano, ampliando o barulho das igrejas evangélicas.

Alguns resultados eleitorais reafirmam estas alterações de expectativas do eleitorado paulistano. Como exemplo, destaca-se o nº de votos das duas últimas eleições de 3 parlamentares envolvidos com o escândalo e José Eduardo Martins Cardozo, que presidiu a CPI e esteve presente diariamente na mídia:

Vereador	n° de votos/96	n° de votos/00	
Brasil Vita (PPB)	34.032	19.066	não reeleito
Miguel Colassuono (PMDB)	63.585	10.456	não reeleito
Wadih Mutran (PPR)	58.050	22.570	reeleito
José Eduardo M.Cardozo (PT)	16.255	229.494	reeleito
Dados TER/SP			

Na atual legislatura de 2001-2003, José Eduardo Martins Cardozo ocupa a presidência da Câmara Municipal.

Troféu Cara de Pau da Rádio Eldorado

A Rádio Eldorado, da família Mesquita criou no ano de 1999 um concurso para eleger o "Cara de Pau do Ano", o "Oscar da Baixaria". Os escolhidos foram autoridades públicas que ocupam cargos políticos. Mais uma vez o grupo Mesquita se antecipa e lança concursos exóticos e críticos ao nosso sistema político e aos políticos de modo geral. Ao som de uma marchinha circense, a Rádio Eldorado, em inserções diárias divulga o por quê do concurso e suas normas:

"A Eldorado está lançando mais um prêmio. Desta vez para "homenagear" as maiores baixarias de nossas autoridades. Todo mês a Eldorado vai selecionar os maiores casos denunciados pela imprensa naquele per". Os ouvintes votam e escolhem aquele que conseguiu superar os outros em termos de escândalos ou propostas No fim do ano teremos doze semifinalistas, então em dezembro, numa ampla votação através da Eldorado, da Internet e de anúncios na imprensa, você ouvinte se vinga escolhendo pelo voto aquele que merece o título de "Cara de Pau do Ano". E abrimos desde já a votação. Para janeiro e fevereiro nossa sugestão é, anota aí.- Itamar Franco, campeão mundial da obtusidade por motivos óbvios; FHC porque disse que o governo dele seria o governo da previsibilidade, para provar nos brindou com três presidentes do Banco Central em menos de um mês; Nicéa Pitta que propôs, no início, um projeto para arborizar a várzea do Tietê, e no fim premiou um projeto que pretende criar enseadas nas margens daquele esgoto e também, pasmem, marinas garagens de barcos;

nossa outra sugestão são os vereadores de São Paulo, eles concorrem coletivamente na categoria 'preguiça endêmica'; e finalmente nosso aberrante sistema político que entre outras sandices contempla afigura da impunidade total dos parlamentares, o que permite que pessoas como o senhor Talvane Albuquerque, principal suspeito de ser o mandante do assassinato da deputada Ceci Cunha, ou o carrasco Adriano acusado de 30 crimes de morte em Hilbrando Nogueira sejam diplomados deputados federais Faça sua escolha o primeiro prêmio Cara de Pau está lançado. O fax da Eldorado para seu voto é 254-6888. Os resultados serão divulgados ao final de cada mês. " (Rádio Eldorado, SP, 12102199)

A **Rádio Eldorado** escolheu os políticos a serem criticados e selecionou alguns exemplos de escândalos. É por essa razão que deverei acompanhar a campanha desta rádio, tendo como objetivo analisar o comportamento deste meio de comunicação como propulsor de representações negativas de políticos e do sistema político de modo geral.

O escândalo da Máfia dos Fiscais foi amplamente divulgado e criticado pela Eldorado. Na programação normal a rádio enxertou um editorial crítico aos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo que votaram contra a instalação de uma CPI, proposta por um vereador do PT, que teria como objetivo averiguar as denúncias contra fiscais das administrações regionais e contra alguns vereadores que estariam envolvidos com a corrupção.

“E atenção a mais alguns nomes de vereadores que votaram na Câmara contra a instalação da CPI que apuraria a Máfia da Propina nas administrações regionais: Natalício Bezerra, do PPB; Paulo Frange, também do PPB, o partido do prefeito Celso Pitta; Milton Leite, do PMDB e José Amorim do PTB. Um detalhe importante é que o vereador Hanna Garib não esteve presente, ele foi eleito deputado estadual, mas o suplente dele Aurelino de Andrade do PPB também votou contra a instalação da CPI”.

João Lara Mesquita, diretor da Rádio Eldorado explica a criação deste prêmio:

“Para compreender bem a criação do troféu Cara-de-Pau pela Rádio Eldorado, eu quero falar dois minutinhos sobre a rádio porque você possa entender o antecedente dela. A Eldorado é uma empresa do grupo do jornal O Estado de São Paulo com 120 anos de vida, uma vida bastante atuante, sempre brigando com o governo independentemente do ponto de vista que ele achava no momento do país, etc. Bom, é preciso compreender que é uma rádio que venha desse grupo tenha esse tipo de comportamento vamos dizer, inusitado que

a Eldorado tem; as rádios no Brasil e de uma forma geral eram amorfas, não emitiam opinião, eram rádios que prestavam serviços ou informações, noticiários, mas evitavam de modo geral rádio é difícil de tomar partido com a União, e a Eldorado ao contrário justamente por fazer parte do grupo Estado, ao contrário pensa que o veículo deveria tomar partido de tudo, deveria ser engajado em todas as questões, afinal os nossos ouvintes são engajados. Por outro lado a Eldorado fala com um público mais elitizado de São Paulo; a gente diz aqui que são os formadores de opinião, grande parte da maioria, a vasta maioria do nosso público é formador de opinião” (entrevista em 19/08/99)

Todos os editoriais eram escritos pelo diretor da Rádio e revistos por um chefe de redação. Para João Lara Mesquita, o *“editorial é um tipo de coisa que não funciona muito bem em rádio, da parte pelo menos da parcela de ouvintes de rádio vão escutar o rádio pra se divertir, o rádio tem aquele caráter lúdico e de repente você é agredido pela sua estação, chamando a atenção de um problema de uma... seja um problema de corrupção, seja um problema econômico, enfim é uma coisa que agride um pouco e apesar de tudo esses editoriais fizeram um enorme sucesso, projetarem a nossa rádio, ajudaram a polícia, hoje eu tenho a nítida sensação nisso, ajudaram inclusive a polícia, ajudaram a fazer com que a imprensa inteira ficasse alerta, eu não tenho dúvida da influência que a Eldorado teve nesse processo todo”* (entrevista em 19/08/99).

O papel político atribuída à Radio Eldorado e a concepção de que eles estão exercendo uma missão de erradicar da vida política do país políticos “execráveis”, se faz presente em todos os editoriais da Eldorado.

Os políticos eleitos pelos ouvintes para receberem o Troféu Cara de Pau foram os seguintes: 1º lugar - Paulo Maluf - Capo de Tutti Capi; 2º lugar - Fernando Collor - Pelo Amor de Deus.; 3º lugar - Paulo Maluf e Celso Pitta - Pai Desalmado, Filho Bastardo; 4º lugar - Vereadores de São Paulo - Preguiça Endêmica; 5º lugar - Antônio Carlos Magalhães - Robin Hood do agreste; 6º lugar - Brasil Vita, Wadih Mutran e Vicente Viscome; 7º lugar - Celso Pitta - Felizmente o desgoverno está no fim; 8º lugar - Itamar Franco - Obtuso do Milênio; 9º lugar - José Izar - Quem cala, consente; 10º lugar - Paulo Maluf Lugar de palhaçada; 11º lugar - Luiz Estevão - OK, vocês venceram; 12º lugar - Wadih Mutran - Sou o capo do bloco dos sem vergonha.

Na avaliação de João Lara Mesquita, a Eldorado cumpriu o seu papel:

“Se Deus quiser essa turma não vai ser eleita e pela contribuição da Eldorado se espera não vão mais ser vistos. Daqui até o último dia da festa da eleição nós vamos estar falando todo o santo dia o nome de cada um desses vereadores, que é para o cidadão Paulistano não esquecer jamais, se Deus quiser a gente vai conseguir pelo menos botar um sopro de moralidade na Câmara Municipal de São Paulo; esse é o intuito da Eldorado que não é diferente do intuito de 100% da população de São Paulo” (entrevista em 19/08/99).

A mídia denunciou, investigou, cobrou e acompanhou todo o processo das CPIs.

“Quais as lições que podemos tirar de todo este processo? Os vereadores saíram de seus gabinetes e mostraram sua “cara” e estão começando a prestar contas de seus atos. O prefeito Celso Pitta atendeu a todos os ‘convites’ da mídia para também prestar contas e esclarecer fatos denunciados envolvendo seus aliados políticos e fiscais concursados da Prefeitura. Os promotores assumiram suas novas funções e saíram à caça dos infratores das leis. Os meios de comunicação revelaram um lado do jornalismo, o investigativo, que não se limita a relatar o acontecido, mas sai à busca de pistas que elucidem certas questões obscuras. O rádio retoma seu lugar de estrela, pela larga penetração na opinião pública “(Chaia e Teixeira, 1999).

Temos aí um momento que poderá ter desmembramentos positivos, pois tanto a Câmara quanto a Assembléia Legislativa cumpriram a lição de casa, quebrando um rígido corporativismo e cassando políticos corruptos. Se é necessário um esforço interno, pode-se perceber também nesta decisão uma retomada da sensibilidade com fatores externos: o Legislativo não deixa de responder, com estes atos, aos apelos que brotam em diferentes instâncias da sociedade.

Um outro aspecto a ser destacado é o papel de controle e fiscalização exercido pela Mídia, publicizando os fatos políticos e cobrindo as atuações das autoridades políticas. No caso específico dessas cassações, o acompanhamento e as investigações realizadas pela mídia auxiliaram e muito para que esses parlamentares fossem cassados. Embora não se possa perder de vista este vínculo entre mídia e democracia, alguns riscos podem ser percebidos na cobertura enfática de fatos negativos da vida política. Corre-se o perigo, neste caso, de ajudar a aumentar a desconfiança que o eleitor tem de nossos políticos. É claro que a verdade deva ser revelada, mas este acompanhamento da vida parlamentar por parte dos meios de comunicação precisa ser constante, ressaltando também seus aspectos

positivos, como as práticas políticas consistentes e atuação de partidos políticos que mais se destacam no parlamento, contribuindo com isso para mudar a cultura política brasileira.

A Mídia, principalmente a imprensa escrita é o nosso “banco de dados”, é a “memória” do eleitor, pois durante o período eleitoral precisa relembrar a atuação de certos políticos para que o eleitor “faça a escolha certa” e não se arrependa de seu voto.

Bibliografia Utilizada

1. CHAIA, Vera – Escândalos Políticos: parte do jogo? – em CHAIA, V. e CHAIA, M. (org.) – Mídia e Política, EDUC/Neamp, São Paulo/2000.
2. CHAIA, Vera e TEIXEIRA, Marco Antonio– Máfia dos Fiscais e as estrelas da cidadania, em CHAIA, V. e CHAIA, M. (org.) – Mídia e Política, EDUC/Neamp, São Paulo/2000.
3. CHAIA, Vera – CPI da Máfia dos Fiscais: a morte anunciada – em CHAIA, V. e CHAIA, M. (org.) – Mídia e Política, EDUC/Neamp, São Paulo/2000.
4. CHAIA, Vera –Cassações bastam?– em CHAIA, V. e CHAIA, M. (org.) – Mídia e Política, EDUC/Neamp, São Paulo/2000.
5. CARDOZO, José Eduardo – A máfia das propinas – Investigando a corrupção em São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo/2000.
6. GOIS, Chico de – Segredos da máfia – Os bastidores do escândalo que abalou São Paulo, Publisher Brasil, São Paulo/2000.
7. THOMPSON, John B. - Ideologia e Cultura Moderna - Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa, Editora Vozes, Petrópolis, 1995, cap. V.
8. THOMPSON, John B. – A Mídia e a Modernidade – Uma teoria social da mídia, Editora Vozes, Petrópolis/1998, cap.4.
9. RUBIM, Antonio Albino C. – Mídia e Política: Transmissão de Poder, em Matos, Heloiza (org.) – Mídia, Eleições e Democracia, Scritta, São Paulo/1994.
10. THOMPSON, John B.- Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age, Blackwell Publishers, EUA/GB/2000.

*** Pesquisa financiada pelo CNPq – 1999 –2001; este artigo é uma parte revista e reelaborada dos artigos publicados pela autora no livro *Mídia e Política*, EDUC/NEAMP/2000.**

**** Vera Chaia – Professora do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e coordenadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.**